

## **A contradição a mover-se no empreendedorismo**

Não é usual, bem sei, mas peço licença para, na introdução a este artigo, usar a primeira pessoa do singular. Dado o objeto – o empreendedorismo –, pretende-se que essa discussão não se restrinja à academia. Parto do princípio de que os potenciais empreendedores tendem a ser trabalhadores, preferencialmente desempregados, na sua maioria, desacostumados ao plural majestático. Para não ser acusada de arrogante, declaro que a opção de usar a primeira pessoa do singular e de não fazer citações, nesta primeira parte, não pretende invalidar as muitas referências implicitamente incorporadas. Se estou a demonstrar ousadia, esta pode ser explicada pela proximidade com o tema, o que me permite uma exposição à semelhança do que faria oralmente.

A minha primeira pergunta de pesquisa sobre o trabalho informal tem 29 anos, mas em termos práticos, eu o conheço desde que nasci. Alguns anos depois, nos anos oitenta, quando trabalhei no Sistema Nacional de Emprego, no Estado de Alagoas, percebi que precisava de fundamentos teóricos para elaborar perguntas que a realidade me impunha, o que me levou de volta à universidade. De lá para cá, meu olhar tornou-se mais atento: olho para a informalidade com um olho na realidade e o outro na teoria.

Discorrer sobre o tema sem, obrigatória e necessariamente, citar os autores cujos fundamentos me orientam não é soberba, é confiança nas referências bibliográficas e no olhar de pesquisadora que através delas desenvolvi. Contudo, fiel às normas técnicas, trá-las-ei no desenvolvimento do artigo, quando passarei a adotar a primeira pessoa do plural.

O objetivo é dar visibilidade à precarização decorrente das atividades informais, nas quais o empreendedorismo está inserido, embora este seja transfigurado pela ilusão de autonomia e liberdade. Pretende-se confrontar o trabalho informal praticado antes dos anos noventa ao que se pratica hoje, para destacar que embora as características da informalidade estejam presentes em muitas formas atuais, não por acaso são criadas estratégias para o seu ocultamento. Dir-se-ia que nos anos anteriores, a informalidade ainda não interessava de todo ao capitalismo. Hoje, no entanto, se comparados os dois momentos, quase todas as formas de trabalho guardam aspectos da informalidade, e no empreendedorismo sobressai a total esperteza do capital.

Para que esta discussão se torne mais acessível, penso que convém recorrer à realidade. Desde que nasci e até parte da adolescência, morei numa cidade do sertão alagoano, numa rua onde todos os homens e mulheres eram trabalhadores, mas ninguém tinha emprego. Eram lavadeiras, passadeiras, carreiros, carroceiros, sapateiros, costureiras, eletricitas, encanadores, e trabalhadores braçais aptos a realizar diferentes tarefas. Eles não sabiam, mas para a literatura econômica, eram trabalhadores informais. Entre eles eram apenas pobres. Hoje, seriam quase todos chamados de empreendedores.

Para que nos entendamos, devo informar que havia muito poucas pessoas empregadas na cidade toda. Domésticas, babás e outras atividades congêneres eram submetidas a relações patronais, mas aquelas relações não eram nem chamadas de emprego. Aliás, o serviço doméstico, principalmente no que tange à faxina, mas não só, costumava ser tratado de modo depreciativo. Era, geralmente, realizado por mulheres, a quem chamavam de piniqueiras, numa alusão ao pinico, ainda usado por algumas pessoas. Afora as atividades que guardavam especificidade, as de conteúdo heterogêneo recebiam denominações vagas, como biscateiro, ajudante, agregado, afilhado, quase da família etc. Apenas o juiz e o promotor, que apareciam quinzenalmente na cidade, a chefe dos correios e o carteiro, o delegado e os soldados, os funcionários do cartório, os servidores da prefeitura municipal e da coletoria estadual e as professoras do grupo escolar eram formalmente empregados.

As pessoas empregadas ocupavam, na cidade, um *status* diferenciado. Eram respeitadas e distinguidas, inclusive no interior da própria família. Ter ao menos um membro da família num desses empregos era tão importante que essa condição acabava por ser a referência familiar predominante. Nas conversas entre os habitantes da cidade, dizia-se fulana, a filha da professora, ou sicrana, a sobrinha da coletora, ou beltrano, o irmão do delegado.

É evidente que estou falando de um tempo – segunda metade do século XX – em que, na cidade, não havia bancos, colégios, clínicas, consultórios médicos, escritórios de advocacia, supermercados, lojas de material de construção, boutiques etc. Havia alguns pequenos negócios, geralmente administrados pelos proprietários, ajudados apenas por familiares ou agregados, que se submetiam a relações precárias de trabalho. No máximo, no dia da feira, uma vez por semana, quando os moradores da zona rural se deslocavam até a cidade para comprar o que não lhes era possível produzir, aumentava a clientela e, por isso, os pequenos negócios incluíam alguém,

precariamente, à sua habitual força de trabalho, mediante o pagamento de uma quantia ínfima, correspondente ao trabalho realizado naquele dia, sem que isso gerasse vínculo formal. Eventualmente, o trabalho era realizado até por menores. Não causava nenhuma estranheza se, no dia da feira, um ou uma adolescente de 12 ou 13 anos estivesse atrás do balcão de uma loja de tecidos ou no caixa do posto de gasolina. Para o(a) adolescente, era uma oportunidade de ganhar algum dinheiro; e para o “patrão”, a chance de obter a força de trabalho de que precisava por um baixíssimo custo.

É claro que, naquela época, eu não tinha a menor ideia do que era trabalho formal e trabalho informal. Sabia apenas que precisava estudar muito para não ser incluída naquela categoria de trabalhadores pobres. Esse não querer era decorrente da forma como aqueles trabalhadores eram tratados, das suas condições de vida, do servilismo a que eram submetidos. Educação e saúde eram, para eles, artigos de luxo a que quase nenhum tinha acesso. Pretender estudar era uma ousadia, entendida como não reconhecimento do lugar que a sociedade lhes atribuía, e que era validado pela religião, que os fazia acreditar num destino traçado por Deus<sup>1</sup>. Assim, geralmente ordeiros e cristãos, deixavam-se disciplinar para o trabalho precário, aceitando a condição de inferioridade socialmente imposta e ainda manifestando gratidão aos que lhes possibilitavam trabalhar. Era comum os patrões declararem que se não lhes criassem a oportunidade de trabalho, eles morreriam de fome. Acho até que os patrões acreditavam no que diziam. Nem de longe lhes passava pela cabeça que se os trabalhadores se negassem a trabalhar, o seu negócio, apesar de não ser grande, tenderia ao fracasso.

À época, uma das teses acerca do trabalho informal defendia que essa modalidade de trabalho era resultante do subdesenvolvimento, sendo, portanto, um fenômeno comum apenas aos países pobres. Essa concepção tornou-se mundialmente conhecida em 1972, graças ao relatório de uma missão de estudos, realizada por técnicos da OIT, com o objetivo de analisar o problema do (des)emprego urbano no Quênia, denominado, por isso, Relatório do Quênia. É a partir desse estudo que a ideia de setorialização da economia toma forma – setor formal e setor informal –,

---

<sup>1</sup> O mantra do “você pode tudo, basta acreditar” ainda não existia. Hoje, na maioria das vezes, de forma completamente irrazoável, dado que não são observadas as condições objetivas, tenta-se convencer os trabalhadores que o problema do desemprego pode ser resolvido pelo seu esforço pessoal. Curiosamente, essa modalidade de autoajuda, muito presente entre os que advogam o empreendedorismo, foi amplamente incorporada pelos próprios trabalhadores.

caindo no gosto de capitalistas, de políticos e de intelectuais, em face da possibilidade de se criar emprego a baixo custo, supostamente fora da esfera capitalista. Sim, aquele relatório afirma a ausência de ligação entre o “setor formal e o “setor informal”. Nessa perspectiva, a proposição de políticas atenuadoras do desemprego e do subemprego, via trabalho informal, parecia salvadora da economia do Quênia e de tantas outras economias pobres, donde se explica a importância daquele relatório.

A ausência de ligação entre “os setores” não é de todo verdadeira, mas havia, de fato, à época – e ainda há atualmente –, atividades informais restritas à circulação de mercadorias. Aqueles trabalhadores com os quais convivi, por exemplo, não eram explorados pelo capital. Eram expropriados de direitos, submetidos à exploração do homem pelo homem, mas o trabalho deles não gerava mais-valia para o capital. Mas, que fique claro, essa afirmação nunca se aplicou ao trabalho informal em geral, tanto que as teses que o explicam foram progressivamente dando conta de certas (in)visibilidades ocorridas em favor do capital. Em poucas palavras, essa dicotomia que se explicita na setorialização é mais uma das incongruências do capitalismo. É como se apenas o desenvolvido lhe fosse inerente, como se a pobreza não fosse ontológica ao modo de produção capitalista.

Ao afirmar que a ausência de desenvolvimento gerava a informalidade, a literatura econômica burguesa recomendava, concomitantemente, políticas desenvolvimentistas como solução para o trabalho, entre outras vantagens. Afiava-se que um plano desenvolvimentista, além de gerar muitas oportunidades aos patrões, também tornaria todos os trabalhadores assalariados, embora, no Brasil, na década anterior ao relatório do Quênia, duas regiões pobres já tivessem servido de experimento à tese do desenvolvimentismo, sem nenhum sucesso. A Sudene, no Nordeste, e a Sudam, no Norte, pretenderam cumprir esse papel salvador. Contudo, nos anos sessenta, no Brasil, a sociedade foi penalizada pela ditadura militar; esta não tinha entre os seus propósitos nenhuma intenção de reduzir a desigualdade social. Portanto, se aquelas experiências tinham alguma chance de melhorar as condições de trabalho e de vida dos brasileiros não assalariados, esta foi absolutamente cancelada. Só capitalistas de alguns setores privilegiados, apoiadores declarados da ditadura, foram agraciados com as benesses concedidas pelas Forças Armadas.

A essa altura, o leitor já deve ter percebido que as referências feitas aqui ao empreendedor nem de longe o tomam como capitalista, mas sim como trabalhador. Para ser precisa, trabalhador informal. Mas que história é essa? Afinal, disseram-lhe

que empreendedor era sinônimo de patrão. Mesmo que em alguns casos fosse patrão de si mesmo, ainda assim era patrão. Contudo, ser patrão não equivale a ser capitalista. Bem, para entender esse quiproquó é preciso apreender a relação capital/trabalho nas suas formas e contradições.

Mas, antes de enveredar pela informalidade que consubstancia o empreendedorismo, convém alertá-los para a falta de escrúpulos do capitalismo. Nesse sistema, o trabalho assume a forma que é conveniente ao capital em cada fase do seu desenvolvimento. Por diferentes motivações, o trabalho informal foi bem-vindo ontem como é hoje. Em outras palavras, podia existir informalidade naquele momento em que algumas regiões ainda eram muito atrasadas, como também, hoje, no capitalismo globalizado, embora o contexto os diferencie. O capital muda de opinião ao sopro de cada crise. Portanto, não é casual que o atrasado vire moderno, como ocorreu com o trabalho informal. Mas essa viragem requer ajustes.

Dado que o desenvolvimento capitalista tornou-se incapaz de gerar emprego proporcional ao crescimento da população economicamente ativa, a informalidade – antes afirmada como resultante do atraso – foi preservada e propagada no que tange à desproteção do trabalhador, ao tempo que foram engendradas outras relações para o fazer, de modo que o trabalho seja aparentemente autônomo, porém gerador de mais-valia. Assim, ao transferir aos trabalhadores a responsabilidade pela criação do próprio emprego, aqueles que deviam ser seus empregadores usufruem da produção sem que haja uma relação direta e explícita de subordinação do trabalho ao capital. Tudo parece ocorrer na esfera da circulação, onde ambos – capitalista e trabalhador – são agentes econômicos numa relação de compra e venda, portanto, iguais. Mas só parece.

Não é preciso ser economista para perceber que cada novidade na esfera da economia é precedida por um discurso que aposta no novo com inúmeras vantagens em relação ao velho. Pois bem, o velho aqui é o emprego, o contrato de trabalho assinado na carteira profissional – um documento que já foi o mais importante passaporte interno nas instituições brasileiras – e a proteção ao trabalho. O novo é ser autônomo, é trabalhar por conta própria, é ser patrão, supostamente trabalhar como quiser e quando quiser. Grande mentira! O capitalista retirou de si o papel de mediar a relação capital/trabalho e jogou o trabalhador à voracidade do mercado. Para que a ilusão pudesse durar algum tempo, era preciso fazer com que os trabalhadores – agora patrões, muitos pequenos patrões ou até patrões de si mesmos – se sentissem

importantes. Sabiamente, as personificações do sistema, além de levá-los a crer que todos podem ser patrões, ainda lhes aguçam a vaidade, chamando-os de empreendedores, embora, na prática, a maioria deles trabalhe para o capital, sob jornadas de trabalho muito mais extensas que as imputadas aos que ainda têm a sorte de ser empregados. E isso sem a proteção social a que teriam direito, na condição agora considerada obsoleta. Essa mudança favoreceu os empregadores devido à redução do custo da produção e também por ficarem isentos das reivindicações trabalhistas. Convenhamos, trata-se de uma jogada de mestre.

Introduzido o objeto, enquadramo-nos nas normas técnicas, uma vez que, daqui em diante, nos faremos acompanhar explicitamente por referências bibliográficas que fundamentam a nossa perspectiva de análise e que justificam o plural majestático.

Parece-nos justo começar com o pensamento marxista, referência maior na apreensão do capitalismo. Ao tratar das relações contraditórias que o processo de troca das mercadorias encerra, Marx diz: “O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se” (MARX, 1983, p. 93).

A realidade sobre a qual estamos tratando estaria contida no desenvolvimento e nas contradições aludidas pelo nosso autor preferencial? Qual seria, neste momento, a forma ou as formas dentro das quais a contradição capital/trabalho, ou as contradições dentro desta se movem? É sobre essa forma – curiosamente nomeada informal –, é para entendê-la e perceber o que ela significa na e para a vida dos trabalhadores, que estamos buscando a elaboração mais precisa. Essa discussão, como se pode constatar, é perpassada ora pelo desenvolvimento, ora pela sua ausência. Num e noutro momento, a informalidade aparece como solução para o desemprego. Em outras palavras, o que se advoga é que o trabalho informal é ofertado em função do trabalhador, como se não vivêssemos numa sociedade cuja existência encerra uma relação obrigatória – capital/trabalho.

No acordo tácito pelo qual o trabalho tornou-se mercadoria – a única de que dispõe o trabalhador –, está subentendido que o trabalhador a vende e o capitalista a compra. Mas nesse acordo nunca houve o propósito de pleno emprego. Embora o desemprego em grandes proporções não seja positivo nem para o capital nem para o trabalho, isso não invalida as vantagens que o capital retira dele, uma vez que o

desemprego possibilita a redução de salários, o que, por conseguinte, reduz os custos variáveis da produção.

Pelo que vimos, a ausência de desenvolvimento teria sido a causa de desemprego e subemprego nos anos que antecedem a produção toyotista. Como se pode ver, falamos de um passado recente, circunscrito a um período que não podemos precisar exatamente quando começa, mas que vai até à última década da segunda metade do século XX. Naquela ocasião, a partir dos anos setenta, o desemprego e o subemprego acabaram por orientar políticas de apoio ao trabalho informal nas regiões pobres do mundo.

Posteriormente, após a reestruturação da produção capitalista, o estímulo à economia de sobrevivência foi recomendado até por organizações financeiras internacionais, curiosamente as mesmas que promoveram a desregulamentação dos contratos de trabalho e a reemergência de formas precárias de trabalho, que constituem o que denominamos “nova informalidade”. Trata-se de uma posição que legitima o dualismo afirmado pela OIT, no Relatório do Quênia, embora naquele contexto houvesse uma promessa de generalização do assalariamento em termos formais. Agora, na prática, é como se houvesse trabalhadores aos quais o mercado de trabalho cerrou as portas, e estes estariam condenados ao trabalho informal numa economia para os extremamente pobres. Explicitamente, podem ser referidos como trabalhadores informais. Mas há os outros, aqueles que vão atender à acumulação flexível, como uma “nova informalidade” cujas atividades são produtivas e improdutivas ao capital, nos termos marxistas. Para estes, a informalidade está implícita, mas o discurso capitalista lhe atribui denominações que pretendem confundir não só o próprio trabalhador, mas a sociedade em geral. É o caso do empreendedorismo. Contraditoriamente, neste século XXI, é o desenvolvimento que está a promover o desemprego e, concomitantemente, a disseminação do trabalho informal.

Como se explica que um fenômeno econômico e o seu contrário provoquem idêntico resultado e, portanto, requeiram a mesma solução?

O desemprego e, por consequência, a prática do trabalho informal, nas regiões onde o capitalismo ainda mantinha traços da acumulação primitiva, embora indesejável, parece plausível. Mas como justificar a generalização da informalidade no chamado capitalismo globalizado? Note-se, repetimos, que quando o trabalho informal tornou-se política de emprego, esta era explícita. Recursos públicos, no

Brasil e em outras regiões pobres, mundialmente, foram aplicados a muitos projetos com essa finalidade. Afinal, os estados tinham a nobre justificativa de estarem ajudando a reduzir desigualdades sociais. Em tese, o único beneficiário declarado era o trabalhador, e não havia ligação entre aquelas atividades informais e o núcleo da economia capitalista. Lembremo-nos da setorialização. Agora, o personagem é o mesmo – o trabalho informal –, mas são outros o cenário e o enredo. Não é casual que Estado e capital usem tantos artifícios para mascarar a informalidade deste século XXI. Trata-se, principalmente, de mascarar a relação pela qual o capital extrai mais-valia de trabalho realizado por indivíduos que presumem ter liberdade e autonomia.

Valendo-nos de Marx, na sua análise ao trabalho produtivo e ao trabalho improdutivo, demonstramos, em *Os fios (in)visíveis da produção capitalista* (2004)<sup>2</sup> e em *A nova trama da produção capitalista* (2021)<sup>3</sup>, que a informalidade deste século XXI não está apenas integrada e subordinada à produção capitalista, como queria a teoria da subordinação<sup>4</sup>; tampouco a produção informal ocupa apenas interstícios, como afirmara a referida teoria<sup>5</sup>. Graças à flexibilidade promovida pelos processos de terceirização e mediante a aplicação do salário por peça, muitos trabalhos informais têm o mesmo conteúdo do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo, estando, portanto, articulados ao núcleo formal da economia.

Tem toda razão Basso (2018) quando demonstra que o progresso está a forjar novos métodos de pressão do trabalho mais sofisticados sem renunciar aos já experimentados no fordismo e no toyotismo. Recorramos, portanto, ao autor referido para nos ajudar a entender essa realidade. Para Basso, “o tempo de trabalho está no centro de todas as dinâmicas da luta entre capital e trabalho, de toda história social e política moderna” (BASSO, 2018, p. 54). Não é muito fácil dissecar a complexidade que está contida nesta afirmação. Melhor que o faça o próprio autor, segundo o qual

---

<sup>2</sup> *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo, Editora Cortez, 2004.

<sup>3</sup> *Informalidade e precarização do trabalho: a nova trama da produção capitalista*. São Paulo, Editora Cortez, 2021.

<sup>4</sup> Formulada por Paulo Renato Souza (1999), segundo a qual a economia é um *continuum* de formas de organização da produção, em que o “setor informal” não é uma forma isolada, mas sim uma forma de produção integrada e subordinada à produção capitalista.

<sup>5</sup> A teoria da subordinação constitui uma crítica ao dualismo que fora defendido pela OIT. Souza (1999) rompe com o setorialismo, concluindo que o capital articula diferentes formas de organização da produção, embora a pequena produção seja considerada intersticial.



não se pode prescindir de “tratar do *sistema capitalista* em seu conjunto” (BASSO, idem, p. 53).

Mas como tratar do capitalismo em seu conjunto no espaço concedido a um artigo? Karl Marx o faz numa extensa obra, indispensável, mas, às vezes, ainda insuficiente. Basso se safa da tarefa proposta sintetizando o referido *conjunto* como se estivesse sugerindo um plano de pesquisa, no qual aponta questões fundamentais, que muitos consideram ultrapassadas, tais como:

(...) a natureza do processo de produção capitalista como produção para o lucro; o caráter da mercadoria da força de trabalho e sua peculiaridade de ser a única mercadoria que produz valor; a mais-valia (sim, ela mesma); a curiosa duplicidade da ciência – uma potência do trabalho, mas que age como potência do capital contra o trabalho; as também “curiosas” contradições entre progresso da ciência e progresso da técnica e do lucro, entre a economia de trabalho e sua dissipação, entre a forçada intensificação do trabalho e o também forçado desemprego de massa; por fim, a disputa de classe em torno do tempo de trabalho – que é um aspecto e um momento de uma alternativa histórica entre dois sistemas de produção e de reprodução da vida social. (BASSO, 2018, p. 53).

Ora, o desenvolvimento da maquinaria e da ciência deviam suscitar menores jornadas de trabalho, porém, conforme Basso, o tempo de trabalho dos produtores diretos “ainda é a energia que alimenta todo o edifício social capitalista” (54). Não fossem as questões acima expostas, estaríamos diante de um paradoxo sem justificativa. Mas a natureza da produção capitalista explica por que as economias mais ricas são exemplares de práticas mais longas, a exemplo dos Estados Unidos, seguidos pelo Japão, nos anos 1970 e 1980, e mais recentemente, pela Europa, com o objetivo de recuperar a sua economia, como bem observa o autor.

Basso (2018) demonstra que o desenvolvimento e o aumento das jornadas de trabalho são indissociáveis. Essa tendência é confirmada quando se constata que os trabalhadores estadunidenses produzem agora em seis meses o que produziam em um ano, em 1948, e que nenhuma parcela dessa produtividade significou diminuição da jornada de trabalho. Para ele, a “combinação ótima” é pautada “entre o *máximo possível de duração* e o máximo possível de intensidade produtiva na prestação laboral” (BASSO, idem, p. 50).

É interessante observar que “essa combinação” exclui o trabalho formal até o limite possível, assim reduzindo custos à produção capitalista. O capital se quer senhor do tempo, quer que todos os trabalhadores se rendam às suas determinações, mas quer que isso ocorra “espontânea e livremente”, pelo menor custo possível. Se

com autoestima elevada e orgulho de si mesmo, ainda melhor. Afinal, ao capitalismo não basta a legalidade para se perpetuar como o ápice do desenvolvimento humano que pretende ser, pois o sistema precisa de legitimidade.

Sabemos que quando, em um país, o desemprego assume dois dígitos, a vida já se torna insuportável para muita gente, não só para os desempregados, porque o custo do desemprego, que devia ser atribuído ao Estado, é, de fato, transferido – não de forma igualitária – aos que estão empregados. Cabe ao Estado encontrar uma solução para esse grave problema, pois se o desemprego cresce desmedidamente, a questão social assume proporções que podem pôr em dúvida o sistema capitalista, o que é inadmissível para os que o advogam.

A considerar aquele pacto de que tudo é mercadoria, inclusive o trabalho, seria justo que a solução fosse encontrada pelo Estado junto ao capital. Mas, se voltarmos às questões apontadas por Basso, vamos nos defrontar com “a disputa de classe em torno do tempo de trabalho – que é um aspecto e um momento de uma alternativa histórica entre dois sistemas de produção e de reprodução da vida social” (BASSO, 2018, p. 53). Essa hipótese não existe para os capitalistas, e a maioria dos trabalhadores ainda não a concebe nem como utopia.

Aproveitando-se desse vácuo, o capital e o Estado sempre resolvem as crises do capital penalizando o trabalho. Assim, orientados pelo neoliberalismo, formularam políticas flexibilizadoras da produção e da gestão do trabalho, as quais cumprem a mágica de fazer desaparecer o momento da produção, em alguns ramos da economia, ao tempo que criam a impressão de que todo o processo produção de mercadorias está a ocorrer inteiramente na esfera da circulação. Absolutamente irrazoável. A mercadoria que é objeto da circulação é, obrigatoriamente, precedida pelo momento da produção. Por mais que os métodos de produção se desenvolvam, ainda assim haverá trabalho na esfera da produção. Qualquer outra narrativa é conto da carochinha.

Parece óbvio que a existência da mercadoria demanda trabalho, mas muitos trabalhadores, por absoluto desconhecimento da relação capital/trabalho, acreditam num capitalismo sem trabalhadores, onde todos seriam patrões. Ora, ser patrão não é igual a ser capitalista. A ilusão do patronato não altera as classes fundamentais da sociedade. Ou se é trabalhador ou se é capitalista. Ser capitalista, *grosso modo*, significa explorar o trabalho alheio. Para tanto, não basta querer, não basta fazer um treinamento de como ser patrão. Essa condição de classe se objetiva, principalmente,

em quanto dinheiro o sujeito dispõe para transformar em capital<sup>6</sup>. Gerar emprego não é uma questão de vontade. Aliás, vontade de gerá-lo é o que menos move o capitalista. A geração de um posto de trabalho há de ser indispensável ao negócio e ter um custo inversamente proporcional aos ganhos decorrentes. O desemprego não significa que a força de trabalho é menos explorada.

A exploração da mais-valia continua a ser fundamental à produção de riquezas. O desenvolvimento – sempre ele –, por sua vez, abriu possibilidades para que se explore o trabalho sem a adoção da forma clássica, mediante o emprego formal. O capitalismo se desenvolveu a um ponto em que já não corre riscos quando o trabalhador é proprietário de alguns meios de produção. Para o capitalismo atual, a propriedade de quem vive do trabalho se restringe a bens que são tidos como instrumentos de trabalho, o que implica uma economia para o capital – tanto nos custos fixos quanto nos variáveis. Matam-se dois coelhos com uma só cajadada. Fica evidente que ao advogar o empreendedorismo, o capitalista está incentivando um tipo de trabalho informal que pode dar conta de uma parte significativa da sua produção, tal qual um departamento externo. É assim que o momento predominante desaparece. O capitalista determina quanto vai pagar por uma mercadoria, que é submetida a um rígido controle de qualidade, sem ter de se confrontar com a fase mais importante do processo de trabalho. Nessa relação, aparentemente, o capitalista está comprando trabalho realizado, e não força de trabalho.

A responsabilidade de comprar força de trabalho é transferida ao empreendedor, pequeno empresário, ou como o queiramos chamar. Este pode ser um trabalhador qualificado que assume atribuições de patrão, mas não deixa de ser trabalhador. Assim, o fato de explorar outros trabalhadores não o isenta também de ser explorado. Nesse contexto, a mais-valia contida na sua produção deve atender aos interesses do capitalista ou dos capitalistas que estejam na ponta e, é claro, também remunerar o seu trabalho e o dos seus empregados, aos quais ele deve a proteção que a empresa contratante, para a qual está trabalhando, não lhe garante, porque entre eles, em tese, há apenas uma relação comercial.

---

<sup>6</sup> São raros os empreendedores que dispõem de capital suficiente para se despojar do caráter da produção individual, o que põe em dúvida a igualdade que é atribuída à relação comercial que, em muitos casos, se dá entre o empreendedor (pequena ou microempresa) e a grande empresa. Empresas contratantes e empreendedores são representantes de interesses antagônicos, sendo, portanto, ilusória a igualdade criada na esfera da circulação de mercadorias.

Nessa exploração em cadeia, o que já era ruim para a classe trabalhadora tende a ser pior. Mesmo quando o empreendedor auferir um rendimento maior que na condição de assalariado, a liberdade que se apregoa não existe. Aquela história de que quem engorda o porco são os olhos do dono, que não é válida de todo para o capitalista, grande empresário<sup>7</sup>, é uma regra a ser tomada ao pé da letra pelo empreendedor. Este trabalha no sistema 24/7 (24 horas, sete dias na semana), o que no dizer de Crary (2020) “é um tempo de indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e onde o sono não é necessário nem inevitável” (CRARY, 2020, p. 19).

O sono, essa rara necessidade que ainda escapa ao mercado – pode-se usurpá-lo, mas não fazer dele uma mercadoria vendável –, é mais uma entre as privações que sofrem os que têm jornadas de 24 horas. Nas palavras do autor acima citado, “A negação do sono é a desapropriação violenta do eu por forças externas, é o aniquilamento calculado de um indivíduo” (CRARY, idem, p. 16).

Marx nos faz perceber que o capitalista não inventou o mais-trabalho; ele inventou a mais-valia e transformou o trabalhador em tempo de trabalho personificado, donde se explica a sua voracidade por mais trabalho. Por conseguinte, tornou-se necessário colocar o capital “sob os grilhões da regulação legal”, tendo em vista conter o impulso do capitalista à prolongação da jornada de trabalho (MARX, 1983, p. 196). Contudo, o capital sempre encontra formas de driblar a regulação legal e, também, legalmente, de criar novas formas de expropriação e de exploração. Não seria demasiado afirmar que as formas atuais caracterizam um retorno abusivo no que tange à exploração do trabalho. Evidentemente, há uma limitação física para a força de trabalho. E além deste, há limites morais. “O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral da cultura. A variação se move, portanto, dentro de barreiras físicas e sociais” (MARX, idem, p. 188).

De fato, o parâmetro cultural faz diferença, sobretudo porque nos países mais civilizados os trabalhadores têm uma margem maior de reação, mas não é exagero afirmar a predominante atuação do neoliberalismo até mesmo nos países em que os trabalhadores se orgulhavam da sua pauta de direitos. Diríamos que, seja sob o liberalismo ou sob o neoliberalismo, Marx continua muito atual. “O capital é trabalho

---

<sup>7</sup> Há departamentos que o personificam. O grande empresário pode viajar, ter férias, dormir, ler, não fazer nada etc.

morto que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa”. Em sendo assim, “se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista” (MARX, 1983, p. 189). Se isso procede, como se explica um capitalismo movido por trabalho autônomo e livre? Não seria capitalismo, não prevaleceria a lógica da mercadoria, os supostos autônomos não teriam o mercado como padrão. “O pior dos patrões” (TAVARES, 2021, p. 233).

O espaço concedido à nossa discussão está chegando ao fim. Aproveitamos para uma última pergunta: de quantas horas seria a jornada de trabalho de um empreendedor? Certamente não há uma jornada fixa, mas pedimos licença para sugerir a leitura de “A autonomia do trabalho em questão” – o quarto capítulo do nosso último livro<sup>8</sup>, já mencionado neste artigo. Gostaríamos de fazer uma demonstração de todas as demandas feitas pelo Estado e pelo mercado ao empreendedor, mas como não é possível, insistimos na recomendação da leitura. São demandas do Estado, de fornecedores, dos bancos da clientela etc., indicativas de quantas horas deve ser a jornada de trabalho de um indivíduo a quem foram prometidas autonomia e liberdade.

A jornada de trabalho do empreendedor não se restringe ao ambiente de trabalho, esteja a sua empresa na esfera da produção ou da circulação de mercadorias. O empreendedor trabalha também ao planejar as atividades, ao propor um empréstimo ao banco, ao negociar compras e dívidas, ao ouvir reclamações dos clientes e ao buscar soluções para todos os problemas. Convenhamos que o tempo de trabalho no computador, no telefone ou em conversas presenciais, se somados, aumentam significativamente a jornada de trabalho. Note-se ainda que o capitalista não se ocupa com tais tarefas, pois são delegadas a outrem.

### Considerações Finais

Durante a elaboração deste artigo tivemos notícias recentes sobre o desemprego no mundo e sobre a informalidade no Brasil. A Alphabet, dona da Google, anunciou que 12 mil pessoas seriam demitidas. O CEO da Alphabet, Sundar Pichai, que se dizia preocupado com os trabalhadores, é o mesmo “que disse aos funcionários em uma nota que a empresa revisou seus produtos, pessoas e prioridades,

---

<sup>8</sup> Apontado na nota de número 3.

o que levou a cortes de empregos” (20.1.2023). Notadamente, esses 12 mil trabalhadores não estavam entre as prioridades.

A mesma matéria informa que, antes da Alphabet, ano passado, a Meta, empresa que controla o Facebook, demitira 11 mil funcionários. E mais recentemente, a Microsoft e a Amazon teriam feito anúncios semelhantes. Respectivamente, cortes de 10 mil e de 18 mil empregos. Por fim, conforme o *site* de tecnologia Layoffs.fyi, citado pela mesma fonte, “quase 194 mil trabalhadores do setor perderam seus empregos desde o início de 2022, sem incluir os afetados pelo anúncio da Alphabet” (20.1.2023).

Para onde estariam indo todos esses desempregados? Não temos nenhuma notícia de que foram criados postos de trabalho nos quais eles possam ingressar. O que está na pauta do mercado de trabalho é o incentivo ao empreendedorismo, que tanto é apresentado como solução para trabalhadores sem qualificação, como para técnicos.

Vê-se que, ao tempo que o desemprego era notícia no mundo, o trabalho informal protagonizava a economia brasileira. Não deixa de ser uma estratégia para falsear as estatísticas do desemprego. Teriam sido geradas 680 vagas, compostas por ocupações formais, conforme dados da PNAD Contínua, apurados pelo Instituto Brasileiro de Economia e Pesquisa (IBGE), mas a mesma fonte registrou uma taxa de informalidade de 38,9% no trimestre até novembro de 2022 (21.1.2023).

Existem, hoje, no Brasil, 17, 7 milhões de microempreendedores individuais ativos (19.1.2023). Entre esses, quase 5 milhões devem ao INSS, totalizando uma dívida de 59,5 milhões. Certamente, muitos desses devedores acabam por desistir da atividade e, mais adiante, descobrem que a dívida permanece ativa, gerando impedimento à realização de outra ocupação também no âmbito da informalidade. Contraditoriamente, o informal se formaliza no que tange aos custos provenientes do Estado e do mercado.

Vamos ficar devendo esse debate, mas convidamos o leitor a refletir sobre mais essa característica do empreendedorismo, forma de trabalho cuja heterogeneidade é a mesma do trabalho informal.

Para terminar, observamos que as notícias acima referidas, veiculadas nos principais jornais da TV, foram acompanhadas de comentários que merecem ser analisados. Como de costume, afirmou-se a “vocação do brasileiro para os serviços”, bem como a sua “inclinação para a informalidade”. Não sei se por ignorância ou má-

fé a realidade é distorcida. Ausência de conhecimento sobre a economia ou sobre a língua portuguesa?

Nem uma coisa, nem a outra. O léxico burguês não brinca em serviço. Quando se trata de servir ao capitalismo, uma mesma palavra é repetida tantas vezes quantas forem necessárias para se popularizar, melhor, para tornar-se verdade. Lembremo-nos das “pedaladas” que supostamente fundamentaram o *impeachment* ao governo Dilma Rousseff. Muitas pessoas nem sabiam o que significava, mas a repetição criou o fato e justificou o golpe. Pois bem, certas palavras e expressões que legitimam o sistema não são inocentes. Poderíamos citar algumas aqui, mas vamos nos limitar ao objeto. A nosso ver, não se é trabalhador informal por vocação ou inclinação. Duvidamos que trabalhadores aparentemente convencidos das vantagens do empreendedorismo resistissem a um emprego formal com direito à proteção social. Parece-nos desonesto sugerir que milhões de trabalhadores optaram livremente pela informalidade, quando o mercado de trabalho não lhes deu outra alternativa.

## REFERÊNCIAS

BASSO, Pietro. *Tempos Modernos, Jornadas Antigas: vidas de trabalho no início do século XXI*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2018. (Tradução: Patrícia Villen).

BRASIL tem taxa de informalidade de 38,9% no trimestre até novembro, aponta IBGE. In: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/01/19/brasil-tem-taxa-de-informalidade-de-389-no-trimestre-ate-novembro-aponta-ibge.htm>

Acesso em 21 de janeiro de 2023.

CRARY, Jonathan. *Capitalismo Tardio e os fins do sonho*. São Paulo, Ubu Editora, 2020. (Tradução: Joaquim Toledo Jr.)

CRISE nas big techs: Alphabet, dona da Google, vai demitir 12 mil pessoas. In: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2023/01/20/crise-nas-big-techs-google-anuncia-demissao-de-12-mil-funcionarios.htm> Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, Vol. I, Livro 1.

QUASE 5 milhões de MEIs estão com dívidas no INSS. In: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/19/quase-5-milhoes-de-meis-estao-com-dividas-no-inss.ghtml> Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

SOUZA, Paulo Renato C. *Salário e Emprego em Economias Atrasadas*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Teses).